

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT) – Comunicação de Líder:**

Presidente Mônica Leal, colegas vereadores e vereadoras, na última semana, presenciamos aqui na Casa, vivenciando, Ver. Pujol, um fato inusitado que foi o dito pedido de *impeachment* do prefeito Marchezan. A origem deste pedido, todos dizem que vem da base do próprio governo. Bem, a maioria dos colegas vereadores e vereadoras, Ver.^a Cláudia, decidiu não fazer o *impeachment*. E nós já falávamos aqui... Quero repetir aqui, Ver. Conceição, o que disse naquela tribuna, Ver. Cecchim, que *impeachment* é coisa séria, não é o golpe que deram na Presidente Dilma, em nome de *impeachment* deram um golpe, esse golpe está originando a destruição do Brasil. Nós estamos tendo o pior Presidente da história do Brasil, e não sou que estou dizendo isso, é geral. Originou-se um *impeachment* e é nossa responsabilidade, Ver. Mauro Pinheiro – se a própria base está dizendo que há irregularidade –, que isso seja investigado, que isso seja apurado, que isso seja detalhado. Ontem, foi protocolado o pedido de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar aqueles fatos ali colocados, a qual, a nossa bancada de oposição, assinou. O Ver. Roberto Robaina, líder da oposição, fez a primeira assinatura, portanto busca a autoria e a presidência da CPI. Também partidos da base do governo assinam. Então, aqui, nós estamos, neste momento, empatados, essa não é uma CPI que é assinada pelas bancadas de oposição, ela é assinada pelas bancadas de oposição e da base do governo. E é bom que seja assim para que as investigações possam se dar com profundidade. Então, iniciamos um novo período de análise de discussões e de, principalmente, compromisso e responsabilidade de tonar público os questionamentos que ali fizeram, que podem ter fundamentos, como podem não ter fundamentos, mas nada melhor do que, Ver. Marcelo Sgarbossa e Ver. Aldacir Oliboni, investigar e responder para a sociedade.

Outro tema que gostaria de falar aqui, que vem na mesma lógica dessa discussão, é que há um projeto de lei do Executivo Municipal que propõe simplesmente que a Câmara de Vereadores dê um cheque em branco para que o governo possa vender, aproximadamente, 1.500 áreas do Município de Porto Alegre – 1.500 áreas do Município de Porto Alegre! Nós já fizemos um requerimento, na semana passada, à presidência, para que nós possamos votar esse projeto, a gente tenha, no mínimo, a lista desses

imóveis e que nos digam o que será feito com os recursos provenientes da venda desses imóveis, porque ali está, nós temos várias cooperativas habitacionais que estão aqui. Inclusive, estou vendo uma que era lá da Atílio Superti, com a qual foi feito um acordo em 2005, entre o Governo Municipal e o Estadual, e até hoje não houve o reassentamento, sendo que um dos problemas principais a falta de área. Durou dez anos essa discussão de que não tinha área. Então, nós temos em Porto Alegre, ainda, Ver. Adeli, em torno de 750 vilas irregulares, está se discutindo onde reassentar as famílias da ponte do Guaíba. A Prefeitura desapropriou área para reassentar as famílias da Av. Tronco e até hoje não as reassentou.

Então, Ver.^a Mônica, todo o dia chega um pedido no Executivo Municipal para que novos equipamentos públicos sejam construídos na cidade de Porto Alegre. São equipamentos de saúde, de educação, de segurança, de saneamento básico, as estações de tratamento. Bom, nós entendemos que a prioridade dessas áreas públicas devam ser destinadas para esses projetos que venham atender a cidade. Agora, o governo quer vender essas áreas e, depois, se for preciso, terá que comprar essas áreas. E já existe uma carência imensa, Ver. Cecchim, e o senhor sabe, trabalha com o ramo da construção civil, que para conseguir uma área para reassentar uma comunidade não é fácil.

Portanto, antes de colocar essas áreas à venda, que o DEMHAB faça um *checklist*. Tem a lei estadual que permite conveniar com as entidades, com as cooperativas, com as associações, para que sejam feitos reassentamentos habitacionais. Nós devemos percorrer essa agenda em nome da qualidade de vida em Porto Alegre.

Portanto, Ver.^a Mônica, eu venho aqui só lembrar deste tema, que é um requerimento, como eu vi que está na Ordem do Dia esse tema, nós gostaríamos muito que o requerimento fosse atendido e que todos os colegas vereadores, Ver.^a Lourdes, que a senhora pudesse saber: bom, das 1.500 áreas, a senhora que defende espaço para os animais públicos, que muitos possam ser destinados para isso, inclusive.

Então, essa é a posição aqui da bancada do Partido dos Trabalhadores. Agradeço muito aqui ao Ver. Marcelo Sgarbossa por poder falar aqui em nome da Liderança. Obrigado.

(Texto sem revisão final.)